



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
3ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 3ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 18 (*dezoito*) dias do mês de setembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 13h 30min. (*treze horas e trinta minutos*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 14ª (*décima quarta*) Sessão Ordinária Virtual da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco Wellington Ávila Pereira. Presentes à Sessão os Conselheiros Alexandre Mendes de Sousa, Teresa Helena Carvalho Rebouças Porto, Lúcio Flávio Alves, Felipe Augusto Araújo Muniz, Mikael Pinheiro de Oliveira e Ricardo Ferreira Valente Filho. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior e a Resolução referente ao Processo nº 1/4104/2017 – Relator: Lúcio Flávio Alves. Passando à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/1596/2018 – Auto de Infração: 1/201716384. Recorrente: RAR COMÉRCIO E SERVIÇOS EM APARELHOS AUDITIVOS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO FELIPE AUGUSTO ARAÚJO MUNIZ. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe provimento, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e julgar **improcedente** o feito fiscal, haja vista que a transmissão da EFD exigida no auto de infração, ocorreu dentro do prazo do Termo de Intimação, contando-se o prazo a partir da resolução pela Sefaz do problema existente na transmissão. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas em desacordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/3599/2010 – Auto de Infração: 1/201010946. Recorrente: NOSSA MOTO LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão: Deliberações ocorridas na 69ª Sessão Ordinária, realizada em 23 de novembro de 2018 - “Resolvem os membros da 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para deliberar nos seguintes termos: **1. com relação à preliminar de nulidade suscitada pela parte, sob a alegação de a metodologia utilizada pela fiscalização não esclarece a natureza da receita omitida, não comprovando que a omissão de receita apurada seja decorrente de operações de circulação de mercadorias** – Afastada, por unanimidade de votos, considerando que a metodologia utilizada pela fiscalização tem previsão legal e gera uma presunção de que a omissão de receita apurada é decorrente de omissão de saída de mercadorias, e portanto, cabendo ao contribuinte demonstrar que a omissão de receitas é oriunda de outro tipo de operação. Na sequência, a 3ª Câmara resolve por unanimidade de votos, converter o curso do julgamento do processo em realização de perícia, para esclarecimento dos seguintes pontos, que serão**

consignados no Despacho a ser elaborado pela Conselheira Relatora: 1. Oportunizar ao contribuinte, fazer a comprovação financeira dos contratos de mútuo; 2. Verificar se existem no período fiscalizado outras entradas além das que foram utilizadas na DESC; 3. Fazer o rateio de todas as receitas (circulação de mercadorias, prestação de serviços, e demais receitas da autuada). Esteve presente para sustentação oral, o representante legal da Recorrente, Dr. Júlio Yuri Rodrigues Rolim." **Retornando à pauta nesta data (18/09/2020)**, a 3ª Câmara de Julgamento do CRT, resolve por unanimidade de votos, converter o curso do julgamento do processo em realização de **perícia**, conforme proposição do Procurador do Estado, Dr. André Gustavo Carreiro Pereira e do representante legal da Recorrente, Dr. Júlio Yuri Rodrigues Rolim, a fim de que se atenda aos seguintes quesitos: **1.** Que seja incluído na DESC, nas despesas financeiras (9.3), o valor de R\$ 100.000,00 que foi pago em 22/12/2005, conforme registrado na contabilidade, mediante prévia verificação do desembolso financeiro (EXTRATO BANCÁRIO); **2.** Demonstrar a duplicidade de valores transportados da DIEF para as SAÍDAS (campo 7.3.2) para o campo RECEITAS (11.2 – outras receitas operacionais), com a indicação dos valores duplicados em cada período de apuração, correspondentes àqueles declarados na DIEF; **3.** Esclarecer o porquê das receitas de prestação de serviços não sujeitos ao ICMS ser R\$ 559.656,93, se o contribuinte só recolheu o valor de R\$ 25.544,94 a título de ISS (alíquota 5%), pois conforme alegado no recurso, a receita seria no valor de R\$ 510.898,80; **4.** Esclarecer a origem do valor de R\$ 617.886,38 majorado no campo despesas administrativas (campo 9.2). Qual o motivo da alteração no valor de compra de material de consumo (de R\$ 26.574,25 para R\$ 165.997,20) e qual a origem do valor de R\$ 478.463,43 nele inserido; **5.** Elucidar o saldo final da conta 7.8.2 da DESC (valores acumulados), visto que a única alteração realizada foi a transferência da quantia de R\$ 440.085,35 (R\$ 559.656,93 – R\$ 119.571,58) do campo 7.3.2 para o campo 11.2 (parte inicial do quesito 3), o que reduziria o campo 7.8.2 em igual valor. Observou-se que o comparativo entre o saldo da conta 7.8.2 no primeiro laudo pericial e o saldo desta conta no segundo laudo pericial apresenta diferença de R\$ 582.151,76, o que representa uma redução não justificada no valor de R\$ 142.066,41. Tudo nos termos do Despacho para a Célula de Perícias Fiscais e Diligências a ser exarado pelo Conselheiro Relator. **Processo de Recurso nº 1/5455/2017 – Auto de Infração: 1/201710523. Recorrente: POSTO DUNAS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA TERESA HELENA CARVALHO REBOUÇAS PORTO. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade da autuação por não atendimento aos requisitos formais de que trata o art. 33, incisos V e X do Decreto 25.468/99, sob a alegação de incorreções nas Informações Complementares, relativas ao número do Mandado de Ação Fiscal, nome do contribuinte autuado e período da infração** – As preliminares de nulidade foram afastadas por unanimidade de votos, uma vez que no Auto de Infração constam corretamente, número do MAF, nome da empresa autuada e período da infração. Ademais, o relato é claro e preciso, não deixando dúvidas quanto a infração denunciada e possibilitando plenamente a defesa do contribuinte. **2. No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve negar ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, aplicando, entretanto, a penalidade do art. 123, III, “a”, da Lei nº 12.670/96, vigente à época da infração. Decisão nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/5454/2017 – Auto de Infração: 1/201710525. Recorrente: POSTO DUNAS LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO RICARDO FERREIRA VALENTE FILHO. Decisão:** A 3ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade da autuação por não atendimento aos requisitos formais de que trata o art. 33, inciso V do Decreto 25.468/99, sob a alegação de incorreções nas Informações Complementares, relativas ao número do Mandado de Ação Fiscal** – A preliminar de nulidade foi afastada por unanimidade de votos, uma vez que no Auto

de Infração constam corretamente, número do MAF e período da infração. Ademais, o relato é claro e preciso, não deixando dúvidas quanto a infração denunciada e possibilitando plenamente a defesa do contribuinte. **2. No mérito**, por unanimidade de votos, a 3ª Câmara resolve negar ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, aplicando, entretanto, a penalidade do art. 126, da Lei nº 12.670/96, vigente à época da infração. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com a manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 21 de setembro do corrente ano, às 13h30min. (*treze horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco **Wellington** Ávila Pereira
PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 3ª CÂMARA